



Instituto de Estudos
Econômicos e Internacionais

ENSAIOS DO IEEI

Número 24

UMA NOVA ERA DE EXTREMOS?

Informe Sem Diplomacia 2013-2014



LUIS FERNANDO AYERBE

São Paulo, dezembro de 2014



**Instituto de Estudos
Econômicos e Internacionais**

O Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI-UNESP) é um centro multidisciplinar de análises e pesquisas sobre as questões econômicas e internacionais, congregando especialistas de diversas áreas para promover e enriquecer o debate dessas questões, produzir e divulgar trabalhos e promover parcerias com entidades públicas e privadas nas diversas atividades pertinentes ao seu objeto de atuação.

URL: <http://www.ieei-unesp.com.br>

ENSAIOS DO IEEI

Publicação que objetiva divulgar os resultados dos estudos realizados no Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais.

Conselho Editorial

Andrés Serbin (CRIES/Argentina)
Carlos E. Lins da Silva (IEEI-UNESP)
Carlos Oliva Campos (UH/Cuba)
Clodoaldo Bueno (IEEI-UNESP)
Feliciano García Aguirre (UV/México)†
Gary Prevost (Stjohns/EUA)
Harry Vanden (USF/EUA)
Lenina Pomeranz (USP e IEEI-UNESP)
Luis Fernando Ayerbe (IEEI-UNESP)
Marcos Cordeiro (IEEI-UNESP)
Marta Loza (UDG/México)
Sandra Colombo (UNICEN/Argentina)
Tullo Vigevani (IEEI-UNESP)

As opiniões divulgadas nesta publicação são de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es).

É permitida a reprodução, desde que seja citada a fonte.

ISSN 2176-8773

ENSAIOS DO IEEI

Número 24

UMA NOVA ERA DE EXTREMOS?

Informe Sem Diplomacia 2013-2014

LUIS FERNANDO AYERBE¹

¹ Coordenador do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais da UNESP (IEEI-UNESP).

ÍNDICE

Apresentação	5
Introdução	5
Barack Obama: A liderança estadunidense em questão	7
Múltipla escolha: fraqueza, realismo, imperialismo...	9
O mundo como campo de batalha	16
Polarizações na América do Sul: ideologia e pragmatismo	21
Estabelecidos e <i>outsiders</i>	25
“Velhos” e “novos” poderes	31
Uma nova era de extremos?	34
Bibliografia	36

Apresentação

O informe *Uma nova Era de Extremos?* examina os principais temas repercutidos ao longo do biênio 2013-2014 no interior do espaço [Sem Diplomacia](#).

Parceria entre o [Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais](#) (IEEI-Unesp) e a [Assessoria de Comunicação e Imprensa da Unesp](#) (ACI), *Sem Diplomacia* tem como finalidade divulgar análises e comentários de natureza polêmica sobre eventos internacionais. As fontes de referência são jornais, revistas, blogs, sites e demais meios em que o posicionamento afirmativo dispensa preocupações discursivas e de conteúdo com a moderação e a busca de consensos na opinião pública.

O objetivo é contribuir para a informação e o debate sobre a conjuntura internacional a partir do registro de visões que por seu teor mais ideologizado e partidarizado tendem a ficar à margem nos grandes meios jornalísticos, justamente porque vão direto ao ponto, sem rodeios, *Sem Diplomacia*. Os [Artigos](#) postados levam o mesmo título da fonte de origem, acompanhado de uma síntese explicativa sobre seu conteúdo e o link para acesso à versão completa. As análises oriundas da equipe do *Sem Diplomacia* ou de colaboradores externos são veiculadas nas seções [Opinião](#), [Podcast](#) e [Videocast](#). Em parceria com o Núcleo de Ensino a Distância da Unesp (NEad), é produzido mensalmente o programa de vídeo [Em Debate](#), em que convidados abordam um tema controverso das relações internacionais.

Participam da equipe do *Sem Diplomacia* Adalton Oliveira, Ariel Finguerut, Carolina Silva Pedroso, Cinthia Leone, Daniel Patire, Luis Fernando Ayerbe, Marcelo Carneiro, Matheus de Oliveira Pereira, Oscar D'Ambrosio, Roberto Moll e Sara Toledo.

Introdução

O “breve século XX”, demarcado por Eric Hobsbawm (1995) entre o início da Primeira Guerra Mundial em 1914 e a dissolução da União Soviética em 1991, foi palco de eventos expressivos do conflito antagonista entre visões de mundo. “Era dos Extremos” foi a designação distintiva do ilustre historiador para embates levados às últimas consequências entre impérios e nações, capitalismo e socialismo, democracia e nazifascismo, para mencionar apenas os de maior ambição e proporção.

Na década de 1990, parecia que o mundo transitava pelos trilhos da utopia evolucionista liberal do século XIX, conduzido por quem estrearia em breve o título

de única superpotência. Coube a um ideólogo do *establishment* cunhar a famosa frase: trata-se do “fim da história”, em que a derrota soviética estaria encerrando as disputas sistêmicas com totalitarismos à “esquerda” e “direita” até então enfrentadas pelo “capitalismo democrático”.

Passadas mais de duas décadas, e sem deixar de enaltecer o protagonismo estadunidense nas mudanças trazidas pelo fim da Guerra Fria e a globalização sem precedentes da economia de mercado, Henry Kissinger (2014) manifesta preocupação com a profusão de ameaças reveladoras de um novo momento de transição no cenário internacional, em que a Ordem Mundial, título do seu último livro, seria o grande problema da atualidade: “proliferação de armas de destruição em massa, a desintegração de estados, o impacto da depredação ambiental, a persistência de práticas genocidas e a difusão de novas tecnologias que ameaçam conduzir conflitos fora do controle ou compreensão humana”. Agravando esse quadro, inclui as crises políticas e econômicas que, na esteira das guerras no Afeganistão e Iraque e da *débâcle* financeira deflagrada em 2008, tendem a ser percebidas como produtos de concepções e práticas ocidentais, erodindo o otimismo liberal do imediato pós-Guerra Fria de convergência virtuosa de mercados livres, democracia e paz mundial, dando lugar à incerteza, que sintetiza nas seguintes indagações: “Estamos diante de um período em que forças além de qualquer tipo de restrições são as que determinam o futuro?”. “É possível traduzir culturas divergentes em um sistema comum?” (Kissinger, 2014).

Voz qualificada e representativa de poderes realmente existentes, Kissinger clama pela urgência de um ordenamento em que a liderança estadunidense terá de ser componente inevitável. No campo oposto dessa visão, o país é incorporado ao problema, não à solução, como referência privilegiada das “forças além de qualquer tipo de restrições”. Em artigo no jornal mexicano *La Jornada*, Noam Chomsky, voz qualificada e representativa dessa perspectiva, faz um recorrido pela trajetória de intervenções no exterior desde os inícios da Guerra Fria até o presente, concluindo que “Estados Unidos é o maior Estado terrorista do mundo” (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2014/760>).

Para além dos seus antagonismos, ambos os pontos de vista ampliam e diversificam o universo de radicalismos que, voltando a Hobsbawm, parecem anunciar uma nova *Era de Extremos*. Desenvolveremos essa hipótese nas próximas seções, tomando como referência a pesquisa do projeto *Sem Diplomacia*, em que

eventos e processos submetidos ao contraditório ajudam a desvendar razões e interesses dos grandes protagonistas. Serão destacados três temas em que contrastes de posições são especialmente reveladores: 1) a liderança estadunidense; 2) governos “pós-neoliberais” e circulação de elites na América do Sul; 3) rebeldes, indignados e missionários na paisagem internacional do poder.

Barack Obama: A liderança estadunidense em questão

Desde que assumiu a presidência, Barack Obama enfrenta fortes críticas à sua atuação internacional, especialmente de círculos conservadores próximos ao Partido Republicano e analistas de esquerda dentro e fora do país. Uma composição comparativa desses questionamentos, tomando como base alguns dos artigos postados pelo *Sem Diplomacia*, dá uma ideia dos desencontros entre visões que se situam em terrenos antagônicos da política, cujo olhar, mesmo dirigido ao mesmo país e ao mesmo presidente, parece refletir realidades totalmente diferentes.

Em coletiva à imprensa do Secretário de Estado John Kerry em 17 de abril de 2013, após a apresentação do orçamento da sua pasta para 2014, frente à pergunta de um jornalista sobre as prioridades para a América Latina e Caribe, responde utilizando uma terminologia considerada na região como pejorativa e preconceituosa: “O hemisfério ocidental é nosso quintal, é de vital importância para nós” (Ayerbe, 2013).

As reações críticas, como a publicada na agência de notícias *Telesur*, da Venezuela, denunciam o uso do termo “Quintal” como atualização da Doutrina Monroe de 1823, início de uma política dos Estados Unidos (EUA) para América Latina marcada pelo intervencionismo (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2013/1>).

A mesma conotação, desta vez incorporando a caracterização dos EUA como Império, aparece em artigo publicado no site de esquerda *Rebelión*, em que se critica a parcialidade de Obama na sua posição perante o resultado das eleições de abril na Venezuela, evitando reconhecer a vitória de Nicolás Maduro e fazendo menções, na sua viagem ao México e Costa Rica no mês de maio, a um quadro político que considera preocupante em termos de estabilidade, democracia e respeito aos direitos humanos, adotando como próprios os argumentos da oposição liderada pelo candidato derrotado Henrique Capriles (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2013/5>).

Os discursos proferidos por Obama nessa viagem também foram questionados por analistas conservadores, objetando o que consideram uma demonstração dos reiterados gestos de fraqueza, e até de falta de patriotismo, que marcam a trajetória da sua política externa (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2013/4>). Essa visão é recorrente em setores próximos ao Partido Republicano, que acusam o presidente de promover, por opção ou inaptidão, o declínio da primazia conquistada pelos EUA após a vitória na Guerra Fria.

Nessa perspectiva, ações dirigidas a gerar expectativas favoráveis sobre a sua política externa para demarcar diferenças com o antecessor George W. Bush são apresentadas como sinal de humilhação. Em artigo no *The Telegraph*, Nile Gardiner chama a atenção para a insistência de Obama nas suas viagens internacionais em justificar-se por comportamentos nacionais “arrogantes” no passado (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2013/3>). Para ele, o discurso no México, atribuindo aos EUA parte da culpa pela violência nesse país, retoma uma série que vem desde o início do seu primeiro mandato, adotando a mesma postura com o mundo muçulmano (entrevista à rede *Al Arabiya*, 27/01/2009), com os aliados europeus (discurso na França, 03/04/2009) e latino-americanos (Cúpula de Trinidad y Tobago em 17/04/2009); reconhecendo e se desculpando frente ao Irã pela participação no golpe contra o Primeiro Ministro Mosaddek em 1953 (discurso no Egito, 04/06/2009); sua crítica a práticas de tortura a prisioneiros por parte da CIA, que teriam sacrificado valores nacionais essenciais no terreno dos direitos humanos (discurso aos funcionários da agência, Virginia, 20/04/2009). (Ayerbe, 2010).

Certamente não é essa a visão do governo sobre a sua política, que vê o ativismo do período Bush como inadequado a um cenário em que os EUA padecem as limitações impostas pelos ajustes para lidar com a crise financeira, a ascensão de novas potências que no campo econômico projetam um mundo multipolar, e a acentuada perda de legitimidade internacional de discursos abertamente hegemônicos. A liderança estadunidense projetada por Obama se apresenta como resultado necessário de uma adequação realista entre objetivos e recursos nacionais disponíveis, combinando a intromissão nos assuntos internos de países cujos governos são situados no campo adversário ou inimigo, e a busca pragmática de alianças com aqueles dispostos a cooperar.

Em seu discurso inaugural do segundo mandato, em janeiro de 2013, Obama anuncia o iminente final de uma década de guerra no Iraque e no Afeganistão, já antecipada pelas suas decisões anteriores de paulatina retirada de tropas desses países. Como vem afirmando desde a campanha da primeira eleição, o Iraque não foi a sua opção, mas uma herança, não por ser contrário à guerra em si, senão porque a invasão lhe pareceu uma decisão errada do uso do poder, contrariamente à prioridade a operações cirúrgicas como a que matou Osama Bin Laden, sua resposta às críticas de Republicanos de que leva adiante uma política externa apaziguadora com os inimigos.

Durante conferência de imprensa analisando os resultados da viagem presidencial ao México e à Costa Rica, a Subsecretária do Departamento de Estado para o Hemisfério Ocidental, Roberta Jacobson, define as relações com a região como pragmáticas e não ideológicas, utilizando argumentos que, já nesse início de segundo mandato, antecipam a postura que será adotada com o Irã: “A nossa abordagem é ser pragmático. A razão pela qual não somos ideológicos, para ser honestos, é porque as antigas divisões e categorias ideológicas parecem-nos francamente sem sentido neste momento. Elas não nos guiam porque não são mais úteis. E assim encontramos que avançamos mais com líderes que são igualmente pragmáticos e com os quais podemos conversar sobre como fazer as coisas que são do nosso interesse mútuo” (Ayerbe, 2013).

Arrogância imperial, pusilanimidade impatriótica ou pragmatismo não ideológico? Todas as anteriores, dependendo se do outro lado se usufrui ou se sofre dos efeitos diretos da política externa estadunidense. Como analisaremos a seguir, nos contrastes se revela uma realidade mais complexa, colorindo o cenário para além dos tons de cinza.

Múltipla escolha: fraqueza, realismo, imperialismo...

No acompanhamento do *Sem Diplomacia* da política externa estadunidense, o foco das análises teve como palco privilegiado a postura frente à guerra civil na Síria, o ativismo russo, a moderação do discurso iraniano, a ofensiva israelense na Faixa de Gaza, o avanço do jihadismo e as relações com a América Latina.

No caso da Síria, após anúncio de emprego da força em retaliação ao uso de armas químicas contra opositores por parte do presidente Bashar al Assad, cumprindo demarcação anterior de uma linha vermelha que funcionaria como

disparador de represálias, Obama recua. Pesaram a decisão de submeter ao Congresso a iniciativa, desencadeando debate nos partidos Republicano e Democrata cercado por pressões da opinião pública; a volta atrás da Inglaterra de acompanhar os EUA por votação contrária do parlamento; a falta de apoio em reunião do G20 em setembro de 2013 na Rússia, somada à proposta de Vladimir Putin, aliado de Bashar al Assad, de obter o desarmamento unilateral da Síria, finalmente acatada. Na crítica da oposição Republicana, além da perda de iniciativa para Putin, estaria sendo evidenciada falta de rumo de Obama, com declarações contraditórias e falta de posturas resolutas.

A anexação da Crimeia pela Federação Russa e as demonstrações de poder militar na fronteira com a Ucrânia, em apoio aos setores separatistas pró-Rússia, reforçam a perspectiva que atribui hesitação e fraqueza ao presidente perante um Vladimir Putin que sabe o que quer e vai atrás, colocando os EUA e a Europa frente a fatos consumados difíceis de reverter. O deputado Republicano Louie Gohmert coloca de forma gráfica essa interpretação, comparando as experiências de negociação que formaram os líderes nacionais dos EUA e da Rússia: “é o que acontece quando um organizador da comunidade se depara com um agente da KGB... Ele não vai bem” (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2014/787>).

Simultaneamente, o novo presidente do Irã, Hassan Rohani, em sinalização de abertura, afirmou estar disposto a negociar o programa nuclear do seu país, obtendo resposta positiva de Obama, com os dois mandatários conversando ao telefone no primeiro contato direto desde a revolução islâmica de 1979. No lado crítico do campo mais conservador, o ativismo de Rohani em favor de um entendimento com os EUA é apresentado como combinação de fatores em que se destacam a crise econômica pelo efeito das sanções internacionais e a guerra civil na Síria, aliado do Irã e cujo apoio traz crescentes custos políticos e materiais, incluindo um extremo conflito entre xiitas e sunitas. Nessa perspectiva, a mudança de atitude seria um simulacro desesperado e os EUA deveriam solicitar, além de gestos, medidas concretas, especialmente no tema do programa nuclear (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2013/182>).

Frente à evolução dos acontecimentos em 2014, destacando-se a escalada do conflito entre Israel e Palestina na Faixa de Gaza e o avanço do jihadismo sunita, com a repentina visibilidade do Estado Islâmico (EI) declarando a fundação de um Califado em territórios ocupados no Iraque e na Síria, analistas visualizam cenário

raras vezes enfrentado por um presidente estadunidense, envolvendo crises simultâneas e interconectadas que colocam em questão a capacidade de liderança do país (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2014/567>).

Para Dick Cheney e Liz Cheney, respectivamente vice-presidente e subsecretária para Assuntos do Oriente Próximo da administração de George W. Bush, o avanço do EI no Iraque revela a falência da política externa de Obama, que deu por encerrada a guerra nesse país, subestimou a emergência do EI e está se retirando do Afeganistão. Na direção contrária, apelam ao presidente para manter tropas no terreno e agir combinando militarização com diplomacia (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2014/515>).

De fato, em entrevista à revista *The New Yorker* em janeiro de 2014, questionado sobre a presença de diversas facções jihadistas no Iraque e na Síria, Obama subestimou sua gravidade, fazendo a analogia com um time júnior de basquete, em que distingue “a capacidade e alcance de um bin Laden e uma rede que está ativamente planejando grandes ataques terroristas contra a pátria, versus jihadistas que estão envolvidos em várias lutas e disputas locais de poder, muitas vezes sectárias”. (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2014/786>).

Sete meses depois, Obama anuncia que os EUA estão em guerra contra o EI, promovendo uma coalizão de mais de 60 países, incluindo Arábia Saudita, Jordânia, Emirados Árabes e Egito. Ao solicitar ao Congresso autorização para empregar força militar, pontua que não haverá envolvimento de tropas no terreno.

O Partido Republicano apoia majoritariamente a iniciativa, ainda que argumente que sem efetivos em solo é impossível vencer uma guerra, o que colocaria em risco o sucesso dessa estratégia. Em linha oposta, a decisão de bombardear posições do EI no Iraque e na Síria – sendo que neste último caso não se solicitará autorização do governo do país– leva analistas como Marcelo Cantelini a questionar se não estaria sendo adotada postura equivalente à de George W. Bush após os atentados do 11/09/2001, quando declarou guerra ao terrorismo e o governo estadunidense “se atribuía o direito de atacar qualquer objetivo em qualquer lugar ante a mera suposição de que poderia representar uma ameaça para seus interesses” (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2014/655>).

O desatar simultâneo de crises e a atuação da Casa Branca colocam em relevo o desencontro de percepções sobre o que de fato estaria acontecendo com a grande superpotência e seu governante de turno. O presidente dos EUA seria alguém que,

apesar das manifestações de preocupação tanto da oposição como dentro do seu partido, aparentemente subestima o conjunto de problemas que enfrenta o país? Seria expressão de despreparo e de superação de sua capacidade decisória pela precipitação de acontecimentos? Ou um estilo de governar que assume como perspectiva que o mundo não está em situação tão grave, o que teria mudado é a proximidade maior do que acontece em função da instantaneidade gerada pelas redes sociais? (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2014/624>). Ou como transparece em livros autobiográficos de ex-ministros de Obama, como os Secretários da Defesa Robert Gates e Leon Panetta e a Secretária de Estado Hilary Clinton, de que a aparente insegurança e desconcerto frente a desafios como a intervenção na Síria ou a emergência do EI, deixaria evidente a tensão entre certo distanciamento do professor universitário e o político necessariamente vocacionado para o exercício do poder? (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2014/690>). As vicissitudes derivariam de uma combinação de inexperiência pela trajetória meteórica de líder comunitário ao Senado e à presidência, e uma visão de mundo avessa ao envolvimento do país no exterior? Ou talvez o problema não seja Obama, mas a mudança do peso relativo dos EUA no mundo e da sua capacidade de influência, o que delimita as possibilidades de ação de qualquer presidente? (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2014/731>).

Essa última interpretação é reforçada por Thomas Friedman, explícito defensor da atual administração, que ressalta a coerência na resposta aos desafios da ordem mundial. Referindo-se à política para o Oriente Médio, pondera o que considera uma mudança de percepção sobre a importância estratégica dessa região para os EUA a partir de três afirmações correntes que vê como predominantes: 1) as críticas de que “Tudo o que saia mal é culpa dos Estados Unidos”; 2) os especialistas que afirmam que “Tudo o que fez o presidente Obama saiu mal”, até 3) a opinião pública nacional dizendo que “Estamos totalmente fartos dessa parte do mundo e o único que queremos é que comece o futebol americano”. Sem negar a lógica das três posições, pondera que a experiência no pós-Guerra Fria mostrou os fracassos em tentar mudar de cima para baixo regimes políticos nessa região a imagem e semelhança das democracias ocidentais, dada a ausência de uma cultura política propícia e de uma elite local interessada em que isso aconteça. No momento em que a população dos EUA começa a se conscientizar dos efeitos da mudança energética no país, em que a exploração das grandes reservas de combustíveis não convencionais vai tornando cada vez menor a dependência externa, Friedman

considera que o Oriente Médio passou de “vício a distração” (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2013/124>).

Para além de eventos em que há controvérsia sobre se a política externa poderia ter sido mais bem sucedida em termos de adequação entre meios e fins, a trajetória da administração Obama evidencia um perfil que nos parece coerente em dois aspectos antecipados nas questões formuladas acima: 1) percepção dos condicionantes estruturais do poder estadunidense, especialmente no campo econômico, em um quadro de mudança na atribuição de periculosidade e origem geográfica de ameaças à segurança nacional. 2) objetivos e convicções do presidente em função de uma visão de mundo que incorpora experiências de uma geração que deu seus primeiros passos intelectuais e políticos nos anos 1980, coincidindo com a decadência e desaparecimento da União Soviética e o convívio sem grandes traumas com a tendência de paulatina ascensão da China.

Com relação ao primeiro ponto, vemos conexão lógica da política externa com o pragmatismo não ideológico para lidar com inimigos e desafios enunciado pela Subsecretária de Estado para o Hemisfério Ocidental, Roberta Jacobson, conforme já destacamos, e com os argumentos de Thomas Friedman sobre mudanças de cenário político e econômico que acabam repercutindo na opinião pública nacional e na formulação de respostas aos desafios internacionais.

Com relação ao segundo ponto, há de se levar em conta, conforme destaca James Mann (2012), o significado inaugural da presença de Obama na Casa Branca em pelo menos três aspectos: como “primeiro presidente desde a guerra de Vietnã cuja vida pessoal e sua carreira não eram totalmente afetadas por essa guerra”, como “primeiro presidente americano na era moderna que não serviu nas forças armadas nem esteve sujeito ao serviço militar obrigatório”, e como “primeiro presidente a vir para a Casa Branca após a intervenção de George W. Bush no Iraque”.

O espectro de Vietnã assombrou tanto Bill Clinton como George W. Bush no momento em que se apresentaram como candidatos à presidência, tendo que lidar com questionamentos na mídia ou de adversários sobre sua postura durante a guerra. No caso de Clinton, que participou de manifestações pacifistas na Inglaterra, onde se trasladou para estudar direito em Oxford, colocou-se em dúvida se a mudança de país não teria sido uma forma de deserção para evitar o serviço militar obrigatório. No caso de Bush, que serviu como tenente da Guarda Nacional em uma base aérea no Texas, foi levantada a dúvida se ao permanecer nesse local não teria se esquivado de

atuar diretamente no conflito, beneficiando-se da influência do seu pai, então importante deputado no Estado.

Quando George W. Bush apresentou a decisão de invadir o Iraque, notórios senadores Democratas, como Hillary Clinton e John Kerry, votaram favoravelmente no Congresso. Discursando em uma manifestação contra a guerra em outubro de 2002, Obama sentiu-se politicamente confortável para questionar abertamente a iniciativa, que caracterizou como “guerra estúpida... baseada não na razão, mas na paixão, não em princípios, mas em política (...) que só vai atizar as chamas do Oriente Médio, e incentivar o pior, ao invés do melhor, dos impulsos do mundo árabe, e fortalecer o braço de recrutamento da Al-Qaeda” (Mann, 2012).

Sem sofrer o constrangimento dos seus antecessores de debater publicamente a determinação de colocar a vida em risco a serviço da nação e sem compromissos com as guerras do seu antecessor imediato, Obama assume protagonismo como expressão de uma visão do lugar dos EUA no mundo pautada pela convicção de que, diferentemente de contextos anteriores, não há disputas com inimigos existenciais. O terrorismo deixa de ser a marca de identidade da agenda internacional do país, integrando uma lista de ameaças transnacionais ao lado da disseminação de armas de destruição em massa, tecnologias destrutivas e danos ambientais. Não há surpresas com a China, que continua uma já longa marcha de projeção da sua economia sem, contudo, evidenciar ambições de alternância global de poder. O repentino protagonismo russo sob a presidência de Putin carece de fôlego econômico para ir além de uma limitada esfera regional. Não se trata de retirada estadunidense, mas de mudança de prioridades.

Questionado em entrevista à rede CBS sobre o fato dos EUA estarem assumindo um envolvimento muito maior do que seus aliados na coalizão contra o EI, Obama sintetiza sua visão da liderança internacional do país: “Esse é sempre o caso. América conduz. Somos a nação indispensável. Temos a capacidade que ninguém mais tem. Nosso exército é o melhor na história do mundo. E quando surgem os problemas em qualquer lugar do mundo, eles não chamam Pequim. Eles não chamam Moscou. Eles nos chamam. Esse é o trato” (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2014/788>).

A avaliação da natureza dos problemas determinará a contundência da resposta. A diferenciação de Obama com relação a George W. Bush é na definição de alcance e oportunidade do emprego da força, partilhando a defesa dos ataques

preventivos como estratégia de enfrentamento do terrorismo. Essa dimensão de continuidade é o argumento central de setores que questionam o exercício do poder duro estadunidense tomando como referência as regiões, países e populações que sofrem seu impacto direto.

Criticando a solicitação da Casa Branca para que o Congresso autorize ações armadas no Iraque e na Síria para combater o EI, Glenn Greenwald ressalta o tom despreocupado típico dos impérios com que o presidente faz tal pedido, apontando que a violência contra países muçulmanos continua sendo a regra na política externa dos EUA. Apresentando alguns números desde 1980, destaca: Irã (1980, 1987-1988), Líbia (1981, 1986, 1989, 2011), Líbano (1983), Kuwait (1991), Iraque (1991-2011, 2014-), Somália (1992-1993, 2007-), Bósnia (1995), Arábia Saudita (1991, 1996), Afeganistão (1998, 2001-), Sudão (1998), Kosovo (1999), Iêmen (2000, 2002-), Paquistão (2004-) e Síria (2014). Para o analista “Que alguns cidadãos desse país (EUA) se dediquem primordial se não exclusivamente a denunciar a violência e a selvageria de outros é mais uma prova de quão poderosa é a autocegueira do tribalismo como impulso humano” (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2014/732>).

Nessa vertente crítica da decisão pela guerra, visualiza-se no jihadismo uma resposta radical ao continuado intervencionismo, que influencia processos de afirmação de identidades a partir dos fundamentos da religião predominante na região. Isso não significa ignorar as práticas do EI nos territórios que ocupa. Pepe Escobar faz esse contraste, rejeitando a proibição de bandeiras, templos e lugares sagrados com exceção dos que exaltam suas crenças, as decapitações e crucifixões, a imposição da tradição islâmica na vestimenta das mulheres, entre os principais exemplos. Paralelamente, inclui nos males de origem os desacertos da política externa estadunidense, contrastando os anúncios desde a invasão ao Iraque com os resultados alcançados: “Washington aplastou fãz 13 anos a Al-Qaeda e os talibãs no Afeganistão. Então renasceram os talibãs. Logo veio Choque e Pavor. Depois veio “Missão Cumprida”. Então a Al-Qaeda foi introduzida no Iraque. Logo Al-Qaeda tinha morrido porque Osama bin Laden estava morto. A continuação veio EIII. Agora é EI. E começamos tudo de novo... Com um novo Osama” (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2014/550>).

Para Nick Alexandrov, a guerra contra o EI atualiza uma longa tradição estadunidense de encontrar “monstros” no exterior para destruir. As reações iradas e de repúdio de Obama frente às decapitações de prisioneiros e demais atos de

violência seriam “lágrimas de crocodilo”, dada a cegueira frente aos ataques de Israel na Faixa de Gaza (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2014/609>). Outros dois aspectos ressaltados na crítica ao intervencionismo são as mortes de civis no Iraque, que atingem o número de 114 mil ao longo da ocupação entre 2003 e 2011 (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2014/761>), e os bombardeios através de Veículos Aéreos não Tripulados (*drones*). Em janeiro de 2013, o Huffington Posts repercutiu declarações do Senador do Partido Republicano Lindsey Graham em que contabiliza em torno de 4700 pessoas mortas até então por esse tipo de ação, reconhecendo que “Às vezes você acerta pessoas inocentes, e eu odeio isso, mas estamos em guerra, e temos tirado de circulação alguns membros de alto escalão da Al-Qaeda” (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2013/774>).

Conforme aponta o artigo, os números de Graham se referem a Paquistão, Iêmen e Somália, países com os quais os EUA não estão em guerra, o que torna explícita a continuidade do unilateralismo na estratégia de “combate ao terror”, tema da próxima seção.

O mundo como campo de batalha

Na sua coluna no *El Nuevo Herald*, jornal de Miami de explícita postura opositora aos governos de Cuba e Venezuela, Andrés Oppenheimer comenta o fato de que Obama não tenha mencionado a América Latina no seu discurso na ONU em setembro de 2013, que associa ao desinteresse demonstrado desde que assumiu a presidência. No entanto, considera que o país não deve dar as costas à região, especialmente em um momento em que o predomínio do que rotula como “populismo autoritário” estaria em declínio (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2013/183>).

Dois meses depois, o Secretário de Estado John Kerry, na Assembleia da OEA, declara o fim da Doutrina Monroe (Ayerbe, 2014). A declaração de Kerry assinalaria uma mudança na direção de relações respeitadas da soberania da região? Ou sanciona uma realidade de perda de interesse alimentada pela ausência de desafios de segurança que exijam maior engajamento?

Há controvérsias sobre a efetiva validade desse anúncio, especialmente no caso da Venezuela. Ángel Guerra Cabrera, em artigo no *La Jornada*, descreve a trajetória na CIA de Kelly Keiderling Franz, expulsa desse país sob a acusação de espionagem e conspiração contra o governo de Nicolás Maduro. Tendo passado

anteriormente pela Seção de Interesses dos EUA em Havana, quando houve denúncias de participação ativa no financiamento de atividades da oposição ao governo de Raul Castro, Cabrera mostra os vínculos de Keiderling Franz com Henrique Capriles. Citando documentos filtrados por WikiLeaks sobre financiamento da Agencia Internacional de EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID) a projetos dos quais saíram candidatos opositores à Chávez e Maduro, aponta encontros entre Keiderling Franz e Capriles em que trataram do futuro da política externa da Venezuela caso o último fosse eleito (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2013/195>).

Na mesma direção, Eva Golinger, pesquisadora estadunidense-venezuelana de posições favoráveis ao governo bolivariano, apresenta informações sobre os financiamentos que a National Endowment for Democracy (NED) e a USAID direcionam para a oposição, com destaque, em termos de volume de recursos, para Leopoldo López e os partidos Primero Justicia e Voluntad Popular, e da ex-deputada Corina Machado e a Organização não Governamental (ONG) Súmate, inclusive nas respectivas campanhas eleitorais (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2014/426>).

Essa postura com relação à Venezuela é reforçada em artigo do *El Nuevo Herald*, que repercute análise da *Associated Press* comprovando que os EUA financiam grupos opositores no país, violando lei aprovada pelo congresso da Venezuela proibindo esse tipo de ajuda, que atenta contra a soberania nacional, porque caracteriza intervencionismo estrangeiro. O volume de recursos para ONG's, principalmente por parte do Departamento de Estado e da NED, aumentou em 2013 e há no Senado um projeto de lei para elevar ainda mais o apoio material à oposição à Nicolás Maduro, dos atuais 5 milhões de dólares, para 15 milhões (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2014/563>).

Em uma visão de maior alcance dessa postura intervencionista, Ana Esther Ceceña contrapõe aos anúncios de opositores conservadores da perda de liderança do país atribuída à administração Obama, a implementação continuada desde o fim da Guerra Fria de uma estratégia de “Dominação de espectro completo”, aproveitando a oportunidade histórica de ter se transformado em única superpotência no momento da desapareição da União Soviética. De acordo com Ceceña, trata-se de uma visão articulada em que a dianteira dos EUA o prepara a lidar em qualquer frente com eventuais novos inimigos. Isto envolve a sistematização do espaço exterior, atmosférico, as águas, a superfície terrestre, subterrânea, vigilância e controle de

espaços públicos e privados, estratificação em diversos níveis da vida cotidiana entre setores populares, classes médias e altas. Para a autora, “a ambiciosa geografia desta estratégia de disciplinamento abarca todo o globo e o espaço exterior, mas, dada a conformação territorial do planeta e a concepção do mundo como campo de batalha, tem como território base, como território interno, ao Continente Americano”, com a América Latina representando o espaço privilegiado de controle territorial e das riquezas (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2014/329>).

A perspectiva do mundo como um campo de batalha tem adquirido destaque na crítica às chamadas “guerras secretas de Obama”, levadas adiante de forma clandestina, por meio de espionagem, com atuação de comandos de forças especiais e o uso de *drones*. Embora não tenha começado com o atual presidente, há uma escalada inédita a partir de 2009 dessas modalidades de intervenção pela força no mundo, em que o assassinato torna-se componente central da política de segurança nacional.

De acordo com Jeremy Scahill (2013), no processo de reação ao 11 de setembro de 2001, o governo de George W. Bush liberalizou a autoridade do poder executivo para a eliminação física de inimigos. Essa prática tinha sido banida em 1976 por uma Ordem Executiva do presidente Gerald Ford, Republicano, e reincorporada como opção por Bill Clinton, embora cercando a “autoridade letal” da presidência de um conjunto de mecanismos de controle legal, que tanto Bush como Obama flexibilizam até tornarem o assassinato de alvos terroristas uma marca registrada da sua política. Para Scahill, “o sistema democrático de duzentos anos de controle e equilíbrio estava firmemente na mira”. Como ilustração do que isso significa, cita declaração do final de 2001 feita por dirigente da CIA de que a guerra ao terror poderá ser “ganha em grande medida, por forças que não conhecemos, em ações que você não vai ver e de maneiras sobre as quais você pode não querer saber”.

Passando ao largo do embate entre Republicanos e Democratas, Scahill considera que o unilateralismo e o excepcionalismo representam uma instituição permanente e bipartidária dos EUA, concluindo que “a pergunta que todos os estadunidenses devem se fazer permanece dolorosamente: como uma guerra como essa alguma vez termina?”

A espionagem, uma das fases emblemáticas das guerras clandestinas sem fronteiras, adquiriu dimensão mais explícita a partir dos vazamentos do soldado

Bradley Manning para o site WikiLeaks e do ex-consultor da CIA Edward Snowden ao jornalista Glenn Greenwald.

A partir dos anos 90, a diminuição na escala da beligerância entre Estados tornou-se uma tendência. A grande maioria dos conflitos corresponde a disputas por território ou poder no interior dos Estados (Ayerbe, 2010). Na superfície desse mundo de relativa paz entre grandes potências, abundam relatos de época patrocinados por governos sobre direitos, valores e princípios dirigidos a dar credibilidade e legitimidade a um ordenamento internacional em que as disputas de interesses se circunscrevam ao campo da legalidade. Nas profundezas, opera o exercício pleno da racionalidade dos fins, sem restrição de meios, adaptado apenas à lógica imperante em cada cenário.

Como na Guerra Fria, grandes e decisivas batalhas estão sendo travadas por aparatos de inteligência em territórios virtuais e reais, com ações encobertas de amplo espectro: violação de privacidade, prisão clandestina, tortura, assassinato direto ou por controle remoto.

Nessa lógica sem fronteiras entre o lícito e o ilícito, o Vigiar e Punir adquire significados curiosos. No lado das potências atuais e emergentes, uma corrida para fortalecer e sofisticar seus sistemas de inteligência e suas práticas de ação encoberta para enfrentar a livre concorrência das guerras clandestinas. No lado do império da lei, o peso do castigo sobre os mensageiros da denúncia daquilo que teoricamente não deveria ser prática de quem prega o respeito aos direitos humanos: Bradley Manning preso sob acusação de traição por tornar pública documentação oficial comprobatória de práticas de violação de soberania de outros países; Julian Assange, fundador do WikiLeaks, exilado na embaixada do Equador em Londres; Edward Snowden exilado na Rússia depois de assumir o vazamento de dados sobre o monitoramento secreto de telefonemas, e-mails e outras mensagens pelo governo de EUA.

Para além das reações de apoio ou de crítica ao governo estadunidense pelo uso da espionagem como forma de projeção dos seus interesses, adquirem relevo os desdobramentos diplomáticos e as coincidências à “direita” e à “esquerda” de que se trata de uma disputa internacional de liderança.

Na perspectiva de analistas conservadores, as revelações de Snowden, assim como as de WikiLeaks, tornam-se fator de fortalecimento de uma vasta “Rede antiamericana” de alcance internacional. Essa rede, de caráter informal, envolveria

países alinhados entre si pela sua oposição ao poder estadunidense que se projeta após o fim da Guerra Fria, e seria liderada pela Rússia, envolvendo também China, Cuba, Equador, Irã, Coreia do Norte, Síria e Venezuela. Tendo galvanizado a oposição à invasão ao Iraque promovida pela administração de George W. Bush, a rede se fortalece com as críticas que têm surgido à política de Obama de utilizar *drones* como principal arma de combate ao terrorismo (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2013/48>).

A ex-Secretária de Estado no segundo mandato de George W. Bush, Condoleezza Rice, se manifestou favorável à decisão do presidente Obama de cancelar sua reunião com Vladimir Putin na cúpula do G20 na Rússia. Se bem considera que não se trata de uma volta à Guerra Fria, avalia que a relação entre os dois países passa por momento terrível, agravado pela concessão de asilo a Snowden, que vê como um tapa na cara dos EUA (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2013/107>).

O governo brasileiro, um dos alvos recorrentes dos documentos vazados por Snowden, envolvendo inclusive a conta de correio eletrônico de Dilma Rousseff, decide o cancelamento de viagem oficial já marcada da presidente aos EUA. Perguntando-se porque os EUA espionam o Brasil, o escritor e exilado cubano Carlos Alberto Montaner reproduz declarações de ex-embaixador dos EUA que aceitou comentar o assunto em *off* para sua coluna do *El Nuevo Herald*. A espionagem seria parte do tratamento a um país que não é considerado amigo. Tomando os setores que acederam ao poder por meio do Partido dos Trabalhadores (PT), o diplomata menciona o Foro de São Paulo como ponto de partida de uma postura sistemática de apoio a governos inimigos dos EUA como Cuba, Venezuela, Irã, Bolívia de Evo Morales, Líbia de Kadhafi e a Síria de Bashar al Assad; um alinhamento internacional normalmente coincidente com Rússia e China em detrimento dos EUA; estímulo declarado a empresas para que invistam em Cuba e vários outros exemplos que justificariam o estado de alerta dos serviços de inteligência com o Brasil (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2013/172>).

Para Raúl Zibechi, em linha de análise similar à de Ana Ester Ceceña, “a espionagem é parte da guerra total”. Por trás do cancelamento da viagem da presidente Dilma Rousseff aos EUA há um contexto de conflito entre os dois países envolvendo o receio sobre a liderança do Brasil na América do Sul, sendo a espionagem a ponta do iceberg no interesse estadunidense em conhecer as

(<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2013/171>).

As situações e abordagens apresentadas complementam o que afirmamos na seção anterior sobre a coerência da política externa de Obama com relação ao objetivo permanente da liderança internacional estadunidense. Apesar do grau de radicalidade dos questionamentos oriundos da oposição mais conservadora e de setores do seu próprio partido, não são os fins de supremacia nacional que estão em questão, mas os meios privilegiados e a eficiência do seu emprego.

Polarizações na América do Sul: ideologia e pragmatismo

Visões controversas como as explicitadas frente aos vazamentos de WikiLeaks e Edward Snowden, emergem também na evolução da conjuntura política sul-americana, em versões renovadas de embates do passado entre “liberalismos”, “populismos” e “socialismos”.

Em termos de impacto do fim da Guerra Fria e de projeção do chamado Capitalismo Liberal promovido pelos EUA, depois do Leste europeu, em que a transformação atingiu existencialmente o que era conhecido como Socialismo Real, foi na América Latina que a pré-dica do “fim da história” adquiriu *status* dominante nas políticas de Estado das décadas de 1980 e 1990. O nome do receituário era autoexplicativo: Consenso de Washington.

Nas recomendações sobre como liberalizar a economia, dois exemplos regionais eram valorizados, o Chile de Pinochet e a Bolívia de Paz Estenssoro pós-1985, precursores da desregulamentação do mercado interno, privatização de empresas públicas e abertura externa. Para impulsionar o processo, o presidente George H. W. Bush lançou o Plano Brady, ao qual aderiram as três maiores economias da região, com graves dificuldades para cumprir com os compromissos das suas dívidas e qualificar-se para renegociá-las e aceder novamente ao crédito internacional. O México foi o primeiro, seguido pela Argentina e finalmente o Brasil. A América Latina adotava uma utopia evolucionista que sempre “teimou” em evitar, insistindo em “populismos” distributivistas que, finalmente, pareciam tornar-se parte do passado.

A dificuldade dessa leitura é que transmite a ideia de que entre 1950 e 70 a região foi governada predominantemente por forças políticas nacionalistas ou socialistas. Seriam elas as responsáveis pela bomba relógio de pobreza,

subdesenvolvimento, déficit público, endividamento externo e inflação que explode concomitantemente à transição democrática, contaminando a percepção dos anos 1980 com o rótulo de década perdida da economia. No entanto, o que prevaleceu de fato nos trinta anos prévios foi a imposição de regimes militares que buscaram legitimar-se pelo discurso do combate ao comunismo e ao “populismo”. De quem era então a responsabilidade pelos descaminhos que o novo “consenso” prometia consertar?

A ideologia acabou solapando a perspectiva histórica, compondo o relato hegemônico do fim de século. O momento de auge coincidiu com as administrações de Bill Clinton (1993-2001), que passa a apregoar uma política externa de promoção da democracia e do livre-mercado, anunciando uma nova divisão do mundo –ainda vigente– em quatro categorias de países: o “Núcleo Democrático”, correspondente aos Estados do capitalismo avançado, combinação “virtuosa” de liberdade política e econômica, ponto de chegada da civilização; os “Estados em transição”, em processo de adesão à ordem comandada pelo Núcleo; os “Estados fora-da-lei”, patrocinadores da desestabilização e do terrorismo, e os “Estados falidos”, em que a ausência de governabilidade os torna santuários de atores ilícitos (Ayerbe, 2013).

Como parte do estímulo à ampliação dos “Estados em transição”, Clinton institui nas Américas uma diplomacia de Cúpulas Presidenciais. Na primeira, realizada em dezembro de 1994 em Miami, o mandatário estadunidense delimita os contornos políticos e econômicos da iniciativa: Cuba está excluída sob o argumento de que seu governo não é democrático, será criada uma Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA). Aprovação unânime que se mantém na segunda cúpula em Santiago do Chile, em abril de 1998. Na Cúpula de Quebec de abril de 2001, já na gestão George W. Bush, houve uma voz dissonante, o presidente venezuelano Hugo Chávez, que durante os dias do encontro questionou em entrevistas à imprensa a exclusão de Cuba, e na assinatura da declaração final fez constar objeções aos prazos estabelecidos para a ALCA.

O que naquele momento se apresentava como ruído isolado que não compromete o conjunto da obra, transforma-se em pouco tempo em discurso insistente de um crescente número de países, principalmente na América do Sul.

No caso já mencionado da Venezuela, o governo de Hugo Chávez, eleito em 1998, exercendo o poder em sucessivas reeleições até seu falecimento em março de 2013, institui um processo de mudanças que combina políticas sociais redistributivas

no plano interno e um protagonismo regional de oposição à arquitetura hemisférica proposta pelos EUA, que se materializa na criação da Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA) em 2004. No Brasil, os governos comandados pelo PT, com dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, e de Dilma Rousseff a partir de 2011, dão forte impulso à agenda interna de combate à pobreza e no âmbito externo à promoção de mecanismos regionais de articulação. O país atua decisivamente na criação da União Sul-Americana de Nações (UNASUL) em 2008 e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) em 2010, iniciativas que estabelecem equidistância com relação aos EUA. Na Argentina, as presidências de Néstor Kirchner, que assume em 2003, e Cristina Kirchner, eleita em 2007 e reeleita em 2011, promovem a estabilização do país após a crise de 2001 que interrompeu o governo de Fernando De La Rúa, iniciando um período de recuperação econômica, diminuição da pobreza e de aproximação ao entorno latino-americano, revendo o alinhamento automático com os EUA que prevaleceu nos anos 1990. No Uruguai, a Frente Ampla chega ao governo pela primeira vez com a eleição de Tabaré Vázquez em 2004, que disputa com êxito um segundo mandato em 2014, na sequência do presidente José Mujica, do mesmo partido, marcando um ciclo de mudanças de conteúdo econômico-social, com amplo reconhecimento internacional pelos avanços em temas valorativos como a legalização do aborto, o casamento de pessoas do mesmo sexo e a descriminalização da maconha.

O novo cenário político da América do Sul se expressa na Cúpula das Américas de Mar del Plata em novembro de 2005, quando Argentina, Brasil e Venezuela lideram o bloqueio à proposta dos EUA de inclusão da ALCA nas discussões, o que na prática paralisou, desde aquele momento, a iniciativa lançada por Clinton.

Um mês após a Cúpula, Evo Morales, do Movimento ao Socialismo e liderança dos camponeses indígenas plantadores de coca, torna-se presidente da Bolívia, sendo reeleito para dois novos mandatos em 2009 e 2014. No Equador, Rafael Correa derrota em 2006 o candidato conservador Álvaro Noboa e se reelege em 2013, interrompendo a trajetória de sucessivas crises que tornaram inconclusas as presidências anteriores de Abdalá Bucaram, Jamil Mahuad e Lucio Gutiérrez. Durante as administrações de Morales e Correa, novas constituições institucionalizam formas de sociabilidade originárias do mundo andino pré-hispânico, e tanto Bolívia como Equador se tornam membros da ALBA.

Nas Cúpulas de Puerto España, em abril de 2009, e Cartagena de Índias, em abril de 2012, já sem a ALCA no horizonte, a exclusão de Cuba, segundo componente que destacamos das convocatórias presidenciais iniciadas por Clinton, torna-se tema extraoficial inevitável imposto a Barack Obama. O presidente colombiano Juan Manuel Santos, anfitrião da última reunião, demandou que esse fosse o derradeiro encontro sem a inclusão da Ilha, o que acaba se materializando na convocatória para a Cúpula de abril de 2015 na cidade de Panamá, em que a chancelaria panamenha anuncia oficialmente a participação cubana.

Os evolucionismos receiam do imponderável. Para os saudosos dos consensos dos anos 1990, o que vem acontecendo na região há mais de uma década seria um acidente de percurso na contramão da história. Novamente, a ideologia tende a solapar a realidade. O porquê do retorno ao topo da agenda das políticas sociais distributivas e da construção de autonomia decisória nas relações exteriores resiste a reducionismos do estilo “recaída populista tipicamente latino-americana”.

Após breves anos de euforia, o dogmatismo sobre a virtuosa desregulamentação dos mercados se chocou com uma realidade internacional altamente desafiadora: o “efeito tequila” a partir de dezembro de 1994, em que a desvalorização abrupta do peso mexicano leva Clinton a liberar empréstimo de mais de 50 bilhões de dólares para conter a sangria de reservas do país; a crise financeira asiática deflagrada no verão de 1997, com consequências ampliadas na Rússia, que declara moratória em agosto de 1998; o “efeito samba” pela desvalorização da moeda brasileira em janeiro de 1999, com impacto direto na Argentina, fortemente dependente das exportações ao Brasil, precipitando o colapso que em janeiro de 2002 leva ao abandono do regime de câmbio fixo vigente desde 1991. Esse encadeamento de episódios, além de tornar explícita a vulnerabilidade das economias latino-americanas, comprometeu sua capacidade de crescimento, transformando os anos 1990 em uma nova década perdida, com a consequente impopularidade dos governos comprometidos com as reformas de mercado, que terminam incorporando o estigma do ajuste perpétuo, sem a contrapartida da prosperidade anunciada.

O decênio posterior, marcado pela ascensão à presidência em vários países de lideranças de esquerda – ainda que de origens e posições diversas – passa a ser apontado pelos seus defensores como década ganha da América Latina. Sob a chancela do crescimento, da diminuição da pobreza, da desigualdade e da projeção

no cenário internacional, a região se revela menos vulnerável que os EUA e a Europa aos impactos da crise de 2008, considerada a mais grave desde 1929.

Certamente, os ganhos reconhecidos estão longe de instalar uma paz social conformista ou desativar projetos alternativos. Assim como no passado, novos atores, com novas demandas, ideias e projetos, desafiam o *establishment*, como deixou claro a mensagem de movimentos sociais como os que se espalharam pelo Brasil a partir de junho de 2013.

Estabelecidos e outsiders

O acompanhamento da conjuntura latino-americana do *Sem Diplomacia* repercutiu o contraste entre três posições: setores que expressam otimismo com o que consideram um final de ciclo para a hegemonia dos governos “populistas” na região; setores que na defesa desses governos se posicionam por uma continuidade com renovação; setores que desde a esquerda, questionam esses governos pela permanência de um modelo que perpetua e aprofunda o capitalismo.

Esses posicionamentos se explicitam de forma mais nítida na América do Sul, em que damos destaque a Venezuela e Brasil, países que têm sido apresentados como emblemáticos, elogiosa ou criticamente, da emergência e projeção de uma nova esquerda.

Na Venezuela, a polarização entre governo e oposição se acentua após o falecimento de Hugo Chávez e a vitória eleitoral apertada de Nicolás Maduro sobre Henrique Capriles, paralela a um processo de deterioro da economia marcada por elevação da inflação, desvalorização da moeda frente ao dólar, desabastecimento de produtos de consumo cotidiano da população e restrição do acesso a divisas em um país fortemente dependente das importações. O problema cambial tem impacto também no protagonismo regional da política externa chavista dos anos anteriores. Paralelamente ao objetivo de fortalecer a economia interna e poupar divisas, programas internacionais associados à ALBA tendem a ser afetados.

Assumindo uma crise que combina legitimidade política e deterioro econômico, setores oriundos do campo oposicionista conservador e ex-aliados de Hugo Chávez convergem na previsão de que Maduro não chegará ao final do seu mandato em 2019. Carlos Ortega, sindicalista exilado no Peru, explicita a perspectiva mais dura em termos de radicalização das ações para derrubar o governo. Argumentando que a crise econômica do país está sendo instrumentalizada em

termos de adotar um modelo semelhante ao de Cuba, e que a atual liderança oposicionista tem priorizado a competição eleitoral, apostando que a passagem do tempo levará a uma implosão interna do chavismo, chama a “tomar as ruas”: “Há que se organizar, mas não para competir dentro de dois anos em um processo eleitoral viciado, nem muito menos para ir às urnas num longínquo 2018 ou 2019” (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2014/291>).

Sem adotar o golpismo de Ortega, mas prevendo o final antecipado da atual administração, Heinz Dieterich, intelectual alemão radicado no México, critica os rumos que está tomando o processo iniciado por Hugo Chávez. Tendo sido seu assessor na época em que se deu o passo na definição do caráter socialista da revolução bolivariana, sob a denominação de “Socialismo do Século XXI”, atribuída na origem ao próprio Dieterich, considera que “as demonstrações de debilidade, imaturidade e falta de liderança” de Nicolás Maduro, no contexto de crise econômica que vive o país, estariam colocando em risco sua continuidade (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2013/208>).

A preocupação com a permanência do governo também está presente em setores que se situam dentro do campo bolivariano, como o ex-ministro de Planejamento Felipe Pérez Martí, receoso do destino da revolução caso não se produzam drásticas mudanças na política econômica. Para ele, “Maduro não vai ser derrubado pela classe média que hoje protesta, mas pelo povo chavista, quando se dê conta de que o que ocorre não é responsabilidade do setor privado, mas do próprio governo” (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2014/377>).

Na perspectiva de analistas que apontam para o aprofundamento da revolução, o desafio é ir além do capitalismo, cujo esgotamento estaria na base dos problemas enfrentados, gerados pelo efeito positivo anterior da política econômica, expressa no aumento do PIB, do gasto social per capita, do salário real, com seus desdobramentos no aumento do bem-estar e do consumo da população mais pobre, complementado com políticas de saúde, educação, moradia, entre outras, que permitiram um salto de qualidade no perfil da distribuição da renda no país. Essas mudanças estariam causando impacto estrutural em um capitalismo com dificuldades para se adaptar às novas demandas da sociedade, o que exigiria uma profunda reforma institucional e melhoria da gestão, avançando na direção do socialismo (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2013/231>).

A saída do Ministério de Planejamento de Jorge Giordani, em junho de 2014, uma das figuras fundamentais da formulação e implementação da estratégia econômica bolivariana de Hugo Chávez, e sua carta aberta em que tece fortes críticas à administração de Nicolás Maduro, questionando sua fidelidade à revolução, gerou acalorado debate nas fileiras do governo entre aqueles que passam a tornar mais explícitas restrições sobre os caminhos adotados desde 2013, e a defesa desde setores de maior fidelidade ao oficialismo.

Em resposta às críticas de Giordani, o dirigente do Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV), Rodolfo Sanz, pondera o momento difícil enfrentado pelo governo pelo desaparecimento do grande líder da revolução, afirmando que o rumo empreendido por Chávez se mantém, em uma perspectiva de transformação socialista em que também há lugar para o setor privado, já que “o Estado Socialista não pode, nem poderá sozinho construir um modelo produtivo com capacidade para satisfazer amplamente as necessidades da população venezuelana” (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2014/518>).

A defesa de Sanz de um convívio estratégico entre socialismo e capital privado é apontada por críticos no interior do bolivarianismo como expressão de um novo arranjo produzido pelo padrão de desenvolvimento predominante, sustentado a partir de recursos oriundos da renda da exportação de petróleo, que teve como efeito colateral a emergência de uma elite filha da revolução. De acordo com Roland Denis, a saída de Giordani aprofunda uma trajetória que vem de vários anos de “bloqueio do processo revolucionário socialista por um modelo tendente a fortalecer a burocracia, o corporativismo e o capitalismo de Estado... A total quebra moral de uma grande parte...da direção revolucionária do governo (em que) ...evoluciona a criação de uma nova burguesia... E o aparecimento... de uma autocracia imposta dentro do espaço político do chavismo” (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2014/517>).

Para Víctor Álvarez, esse modelo mais estatizou do que socializou, o que se reflete também nas relações de trabalho nas empresas incorporadas pelo Estado, que mantêm critérios de distribuição de dividendos não compatíveis com seu baixo desempenho, dependendo de subsídios da renda petroleira. Isso só poderia ser superado “através de novas formas de propriedade social sob o controle dos trabalhadores diretos e da comunidade organizada” (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2014/729>).

As restrições econômicas e orçamentárias do governo se agravam no segundo semestre de 2014 com a evolução dos preços do petróleo, que entre junho e dezembro sofrem redução de mais de 40%. Além da pressão pelo baixo dinamismo da economia global, há um fator adicional de impacto estrutural direto na estratégia econômica bolivariana: o aumento da oferta associada à produção de óleo de xisto dos EUA, que atinge em novembro o patamar de 9 milhões de barris diários, um milhão a menos do que a da Arábia Saudita e 6 milhões e meio a mais do que a da própria Venezuela, que tem no mercado estadunidense seu principal destino exportador (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2014/778>). Em um cenário político em que se combinam a já instalada intransigência oposicionista com a crescente explicitação de controvérsias no interior do chavismo sobre os caminhos a seguir, acumulam-se ingredientes suscetíveis de conduzir o país a uma calamitosa situação de impasse.

O conflito de posições esboçado a partir da crise na Venezuela incorpora no Brasil dimensões peculiares associadas à emergência de movimentos sociais que têm como estopim o aumento de tarifas de transporte público em São Paulo e a repressão policial aos manifestantes, complicando a agenda de reeleição de Dilma Rousseff, que nos primeiros meses de 2013 apresentava índices de popularidade maiores que seus antecessores imediatos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva no mesmo período de governo. No acompanhamento do *Sem Diplomacia* sobre a percepção em mídias internacionais das *Jornadas de junho*, denominação que passa a identificar esses eventos no âmbito das esquerdas, encontramos paradoxos reveladores dos novos tempos.

De um modo geral, a reação inicial foi de surpresa, afinal, nos anos recentes foi consolidando-se uma imagem positiva do Brasil como exemplo de crescimento com inclusão social. Uma vez constatada a ampliação das reivindicações para além dos preços das passagens do transporte público, atingindo a atuação da classe política na gestão do Estado, o foco das análises buscará resgatar fatores mais profundos que anunciavam a crise. Nossa expectativa era que ao tratar-se de um país governado há dez anos por presidentes oriundos do PT, as críticas mais radicais viriam do campo conservador, forçando um paralelo da situação nacional com a Venezuela pós-Chávez, transformando ambas as crises em evidências derradeiras do estado terminal de experiências cuja morte anunciam há mais de uma década. Diferentemente, cogitávamos na esquerda uma firme defesa da administração petista, com exaltação

dos ganhos obtidos pelos setores populares, parte de uma nova América Latina marcada por governos em forte sintonia com seus povos.

Verificou-se o oposto. *Think Tanks* conservadores tenderam a olhar os eventos no Brasil como parte de uma onda internacional mais ampla que inclui especialmente Europa, associada a novas demandas que, embora afetem a governabilidade, não colocam o sistema em questão (<http://unesp.br/semdiplomacia/opinioao/2013/5>). As principais preocupações referem-se às ameaças para a manutenção da ordem econômica, com recomendações aos governantes e à classe política de um árduo trabalho de conscientização da sociedade sobre o ajuste necessário entre expectativas e possibilidades.

No campo da esquerda, foi marcada a tendência em associar os descontentamentos populares com os rumos de um governo acusado de conciliar com a herança neoliberal. De acordo com Juan Luis Berterretche, os movimentos expressam os desdobramentos de um modelo de desenvolvimento baseado na produção, extração e exportação de matérias primas, e matriz energética que prioriza combustíveis fósseis, com forte presença de empresas multinacionais. Como resultado das prioridades estabelecidas nesse modelo, multiplicam-se impactos ambientais e sociais negativos, que afetam comunidades indígenas e camponeses, paralelamente ao crescimento do gasto público na promoção de megaeventos como a copa do mundo de 2014, com consequências distributivas na territorialidade urbana. Dada a variedade e amplitude de setores afetados, que compõem boa parte dos descontentes que participam das manifestações, Berterretche faz um alerta sobre os riscos de que o crescente compromisso com o capitalismo do governo brasileiro termine erodindo sua base popular de apoio (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2013/33>).

Esse tipo de percepção aponta para um descompasso entre as expectativas prévias de transformação profunda e a evolução posterior da realidade. Paradoxalmente, embora desde pressupostos diferentes, há constatação similar no campo político oposto. A partir do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, amenizam-se as opiniões negativas do conservadorismo, especialmente em veículos de comunicação mais ideológicos dos EUA. Dentro da projeção latino-americana de presidentes “esquerdistas”, passou-se a cultivar a distinção entre lulismo e chavismo, em que o primeiro acaba ganhando credibilidade no *establishment* como fator de contenção da vertente radical bolivariana (Ayerbe, 2013).

A perda de popularidade do governo do PT gerada pelas mobilizações não implicou em transferência de apoios à oposição liderada pelo Partido da Socialdemocracia Brasileira (PSDB), ao qual pertence o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Embora a reeleição de Dilma Rousseff no segundo semestre de 2014 se deu por pequena margem, a polarização PT-PSDB respondeu a dinâmicas diferentes, envolvendo um embate que ganhou contornos de ideologização ao estilo venezuelano, com uma disputa de rótulos supranacionais entre “esquerda bolivariana” e “direita neoliberal” (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2014/756>).

No entanto, por trás da radicalização no discurso eleitoral, análises de perfil político antagônico demarcaram convergências de fundo. Sob o sugestivo título “A centro-direita sul-americana se reinventa para chegar ao poder”, Adriana M. Riva, do jornal conservador argentino *La Nación*, aponta a perspectiva de recuperação dessas forças políticas frente à recente hegemonia da esquerda, atualizando seu discurso e apresentando-se com uma cara mais social do que no passado, criticando a corrupção e os déficits de investimento em infraestrutura, educação e saúde, embora reconhecendo que houve avanços na diminuição da pobreza. Seria o caso das candidaturas de Aécio Neves e Marina Silva no Brasil, Luis Lacalle Pou no Uruguai e Samuel Doria Medina na Bolívia (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2014/670>). Com o título também sugestivo “Brasil: vitória pírrica e depois”, no site *Aporrea*, vinculado ao bolivarianismo venezuelano, Atilio Borón faz profundas críticas ao PT, em que fora as políticas sociais de conteúdo assistencial dos seus governos, vê pouca diferenciação com relação aos do PSDB. Nesse caso, Lula e Dilma não representariam uma saída pós-neoliberal, como afirmam muitos dos seus defensores. A estreita margem da vitória seria expressão em parte dessa forte similitude entre as duas propostas que se enfrentaram no segundo turno das eleições. Como recomendação, aponta para a necessidade de retorno às fontes originais do petismo em termos de aproximação da burocracia governamental com os movimentos sociais e a implementação de um programa efetivamente popular (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2014/717>).

A polarização entre dois adversários contumazes teria subsumido o ímpeto transformador das *Jornadas de junho* em uma pauta de reivindicações a ser tramitada dentro das prioridades e correlação de forças das instituições da ordem? Ou a constituição de sujeitos com perspectivas qualitativamente divergentes sobre democracia política, econômica e social consegue demarcar um antes e um depois?

O primeiro cenário se apresenta como mais plausível. O chamado a uma volta às raízes populares externada por Borón expõe os alcances e limites da agenda transformadora que anima os setores predominantes no PT, que tendem a operar dentro da opção institucionalista de um ordenamento que, após três administrações consecutivas e iniciando a quarta, está cristalizado.

“Velhos” e “novos” poderes

Apesar da alta periculosidade, a natureza dos principais contendores da Guerra Fria em termos da racionalidade entre meios e fins outorgava razoável grau de previsibilidade à análise e prevenção de conflitos. A profunda e veloz mudança de cenário a partir dos anos 1990 tende a dificultar o caminho dos esforços interpretativos. Sob o olhar pautado por desafios e ameaças do passado, eventos subestimados inicialmente como pontos fora da curva, exemplo das *Jornadas de junho*, terminam dando voz a demandas, atores e projetos que desafiam saberes e poderes convencionais.

No dia 1 de janeiro de 1994, coincidindo com a entrada em vigor do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), assinado por EUA, Canadá e México, torna-se público um manifesto do até então desconhecido Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que desde o Estado de Chiapas declara a guerra ao governo mexicano e suas políticas neoliberais.

A visibilidade mundial inusitada do EZLN, exemplo de dinâmicas emergentes que afetam agendas políticas e de segurança, adquiriu crescente relevância como objeto de análise no âmbito de *Think Tanks* e universidades.

Entre os primeiros, cabe destacar a RAND Corporation – organização privada que assessora as Forças Armadas dos EUA– que publica, em 1998, estudo coordenado por David Ronfeldt (1998) sobre a emergência das Guerras em Rede (*Netwars*), fenômeno considerado característico da era da informação, em que os autores incluem o terrorismo, o crime organizado e os movimentos sociais. O levantamento Zapatista é associado à terceira modalidade. A grande projeção de um movimento de raízes indígenas, localizado em uma região marginal do país, é atribuída à ação global de ONG's. Para Ronfeldt, as *netwars* colocam em operação redes descentralizadas que muitas vezes bloqueiam a capacidade de resposta das instituições governamentais responsáveis pela manutenção da ordem, baseadas em uma estrutura hierárquica.

Na mesma época, no âmbito das universidades e centros de pesquisa, adquire notoriedade a abordagem de Manuel Castells (1999) sobre a Sociedade em Rede, tornando-se uma das principais referências das análises da “Economia informacional”, denominação do autor para caracterizar o modo de desenvolvimento da atual fase do capitalismo, estruturada em torno de redes que integram o mundo em tempo real em um inédito grau de abrangência e velocidade possibilitado pelas tecnologias de informação e comunicação. No caso dos Zapatistas, aos quais se refere como primeira Guerrilha Informacional, Castells destaca a estratégia de comunicação como principal alavanca da sua projeção global.

A partir do final do século XX, diversos eventos irão aprofundar a tendência anunciada pelas “guerras em rede”, com a emergência e o empoderamento de novos atores. Dois exemplos emblemáticos: 1) a “batalha de Seattle”, em novembro de 1999, quando acontecia a reunião da OMC para o lançamento da Rodada de Negociações do Milênio para a liberalização comercial, inviabilizada por um forte movimento de protesto impulsionado por ONG’s, sindicatos e movimentos sociais de vários países; 2) os atentados de 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque e Washington, executados pela rede Al-Qaeda, que provocam mais de 3000 mortes e colocam a “guerra ao terror” no centro da agenda internacional da maior superpotência.

Em 2011, a utilização de redes sociais torna-se decisivo instrumento de comunicação na articulação de revoltas como a Primavera Árabe, que em poucas semanas derruba os regimes de Ben Ali na Tunísia e de Hosni Mubarak no Egito, respectivamente no poder desde 1987 e 1981. Nos EUA e na Europa, adquirem notoriedade movimentos como Occupy Wall Street e Indignados, em resposta à crise financeira mundial.

Em paralelo às dinâmicas sociais e políticas acima apontadas, as décadas recentes mostram que na esfera dos negócios as tendências caracterizam velozes circulações de elites. Empreendimentos típicos da era informacional como Google e Facebook, oriundos de *outsiders* ao mundo empresarial, ascendem rapidamente a postos destacados do poder econômico, desafiando fortalezas estabelecidas como Microsoft a ampliar ofertas de produtos, especialmente no mercado das comunicações sociais em rede, sob o risco de decair (ou perecer).

Na avaliação de Moisés Naim (2013), estaríamos assistindo a um processo contínuo, cada vez mais profundo e de alcance mundial marcado pelo declínio do

poder. Não se trata, para ele, de um novo ordenamento global em que os atores que o sustentam ou questionam renunciaram à busca sistemática do poder e tenham abandonado ambições e rivalidades. Não há mudança nesse âmbito, o que seria novo é a diminuição de barreiras ao acesso, acompanhada do aumento de pessoas, grupos e organizações que se apresentam com possibilidades favoráveis de disputa.

Ao mesmo tempo em que se tornou mais fácil obter poder, cresce a dificuldade para mantê-lo e a probabilidade de perdê-lo. Nesse sentido, Naim chama a atenção para a capacidade de micros poderes para desafiar grandes jogadores, seja no âmbito das empresas, dos Estados, dos movimentos sociais ou dos conflitos armados.

Conforme já apontamos no caso do terrorismo, se bem não representa uma ameaça existencial aos EUA como foi em seu momento a União Soviética, expressão de uma disputa antagônica entre dois sistemas, consegue influenciar a redefinição de prioridades na agenda internacional do país, com consequências na percepção sobre os alcances e limites do seu poder. Três dimensões se destacam: 1) a opção do governo Bush pela invasão do Iraque – cujos resultados implicaram entre os desdobramentos a perda de prestígio da política externa dentro e fora do país – complica a autonomia decisória do governo Obama para determinar quando e como intervir em novos conflitos, como vimos no caso do uso de armas químicas pelo governo de Bashar al Assad ou da escalada do EI; 2) em um contexto de crise econômica, a forte elevação dos gastos decorrentes da resposta aos atentados de 11/09/2001 em termos de segurança interna, atividades de inteligência no exterior e ocupações do Afeganistão e do Iraque, tornou-se um ônus orçamentário e político de penosa sustentabilidade; 3) explicita-se a percepção de impotência para definir uma vitória conclusiva em uma guerra assimétrica frente a um inimigo que foi estrategicamente subestimado.

Os limites enfrentados pela maior superpotência do presente não estavam colocados no momento do levantamento Zapatista de 1994, quando, para beneplácito ou contrariedade de muitos, se anunciava a chegada da Ordem Unipolar. A história não terminou e sempre “outro mundo é possível”, embora não necessariamente um paraíso.

Para Immanuel Wallerstein, estaríamos frente a uma onda de continuidade das revoltas de 1968, em uma “transição estrutural que vai de uma economia-mundo capitalista que se desvanece a um novo tipo de sistema. Mas esse novo tipo de

sistema poderia resultar melhor ou pior” (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2013/69>). Para James Petras, se bem se esboça um real declínio dos EUA, o problema para a esquerda é que este não vem acompanhado pelo surgimento de alternativas ao seu império. Em paralelo a uma evolução negativa da economia do país, diminuição da influência no Oriente Médio e na América Latina, emergência de novas potências e peso crescente da Ásia, os novos movimentos anti-imperialistas centram-se em agendas étnicas, religiosas e misóginas, diferentemente do socialismo e progressismo secular que prevalecia no passado (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2013/2610>).

Uma nova era de extremos?

De Chiapas ao EI, colocamos em evidência e em uma mesma estrutura analítica diversos fenômenos contemporâneos que influenciam realidades e percepções sobre a “Ordem” e a “Desordem” em escalas nacionais, internacional e global, chamando a atenção para dimensões de instabilidade, dispersão e diluição do poder, em situações cujo caráter incomum ou imprevisto abre portas a novos protagonistas ou antigos *outsiders*.

Nesse conjunto de eventos e atores, o principal foco de atenção situa-se no Oriente Médio, seja pelos conflitos recorrentes entre palestinos e israelenses, as intervenções dos EUA e aliados, a Primavera Árabe e seus desdobramentos em tensões mais profundas e duradouras como a guerra civil na Síria, e a emergência de movimentos jihadistas como o EI.

Um elemento que se destaca na utopia universalista do Califado, é a capacidade de atrair contingentes militantes internacionais. De acordo com relatório do Instituto Britânico de Defesa IHS Jane’s, o número de estrangeiros chegaria a 30.000, sendo a maioria oriunda da Arábia Saudita, Líbia e Tunísia, mas com crescente incorporação de combatentes vindos da União Europeia, EUA e países considerados “exóticos”, em que destaca latino-americanos do México e da Argentina (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2014/679>). Nesse fenômeno, revela-se a disseminação de um tipo de mal-estar com o estado do mundo que vai muito além das normalmente valorizadas agendas econômico-sociais, evidenciando uma propensão latente ao jihadismo de complexa verificação em termos de extensão e possibilidade de mutação para militância organizada, sendo que a vigilância, controle e repressão vem obtendo resultados conjunturais.

Na polarização política entre esquerdas e direitas, a despeito das divergências já abordadas sobre raízes e culpabilidades que estariam na origem da radicalização regional, há uma rejeição convergente aos meios e fins da estratégia jihadista do califado. Em artigo no *The New Yorker*, Jon Lee Anderson, autor de biografia de Ernesto “Ché” Guevara e reconhecido pelas suas entrevistas a vários líderes de esquerda, define o EI como “Os novos bárbaros”. Fazendo um reconhecimento da trajetória do colega jornalista James Foley, vê na sua decapitação uma mensagem enfermiza, porém performática e coreografada, aos EUA e Ocidente, buscando tornar público o alcance dos seus objetivos, capacidades e ausência de limites (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2014/610>).

Richard Haas, que foi funcionário do Departamento de Estado na administração de George W. Bush e atualmente preside o Council on Foreign Relations, faz um paralelo entre o conflito entre xiitas e sunitas com o cenário europeu durante a Guerra dos Trinta Anos da primeira metade do século XVII, pautada no enfrentamento entre católicos e protestantes. Focado nos interesses dos EUA, assume que a gravidade do problema não abre espaço para soluções baseadas em objetivos de outros contextos, como o estabelecimento da democracia na região anunciada na invasão ao Iraque, mas pela aceitação de possibilidades precárias de pacificação e dos regimes realmente existentes desde que sejam capazes de manter um grau mínimo de ordem (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2014/566>).

Assumindo similar estado de resignação frente à inevitabilidade e impacto do que denomina “Guerras do fim do mundo”, Mario Vargas Llosa amplia o cenário, considerando desatualizada a previsão de Francis Fukuyama de 1989 sobre o término da história e uma democracia liberal já livre de ameaças. Tomando como exemplos o Oriente Médio e a Rússia, vê no caso do primeiro o grande desafio que substituirá o comunismo, o jihadismo, e no segundo o retorno de uma visão imperial que reascende a Guerra Fria. Na América Latina, ao contrário, visualiza uma situação quase “paradisiaca” se comparada aos demais: “Não há guerras, a maior parte dos países tem eleições mais ou menos livres e na maioria deles se pratica a convivência na diversidade”. Coerentemente com suas conhecidas posições, as exceções seriam Cuba e Venezuela (<http://unesp.br/semdiplomacia/artigos/2014/638>).

Deixando de lado o viés ideológico, o diagnóstico de Vargas Llosa aponta para especificidades regionais que merecem ser consideradas. Se bem o acompanhamento que realizamos a partir da Venezuela e do Brasil indique um grau

crescente de polarização, no centro das disputas há projetos socioeconômicos que se apresentam ao escrutínio do eleitorado como melhor alternativa aos desafios do progresso. A denominação poderá variar de acordo com a perspectiva política, mas trata-se de suspeitos habituais: modernização e luta de classes.

Em qualquer disputa, rotulações tendem a simplificar e estigmatizar as diferenças. “Esquerda-Direita” e “Conservador-Progressista” sintonizam mutáveis certezas e razões da vida material. “Santos-Demônios” e “Sagrado-Profano” sintonizam apelos insondáveis e inquestionáveis da fé. “Quantas igrejas tem o céu?”, inquiria Pablo Neruda no Livro das Perguntas.

De tempos em tempos, as grandes potências do autodenominado “ocidente”, que desde o século XVI, com inclusões e exclusões de acordo com a emergência e declínio de alguns, tentam desenhar e redesenhar o mundo, nos convocam a comprarmos suas guerras em nome de eventual e oportuna dicotomia “civilização ou barbárie”. O alvo da hora é o também civilizacional Oriente Médio, onde os extremos de todos os lados, internos ou externos à região, combatem sem restrição de meios e alvos no emprego da violência. A América Latina se manter à margem de qualquer “choque de civilizações” já é uma grande delimitação estratégica. Nem fiéis, infiéis ou cruzados. Apenas seculares.

Bibliografia

Ayerbe, Luis Fernando 2010 “Da excepcionalidade unipolar às responsabilidades compartilhadas. Barack Obama e a liderança internacional dos EUA”, em *Revista Política Externa* (São Paulo), vol. 19, N°2, setembro-outubro.

_____ 2013 Os Estados Unidos e a América Latina na administração Obama: mutua perda de relevância e projeção de autonomia do Brasil e a América do Sul, em Oliveira Xavier, Lúcia et.al (Org.) *Direitos Humanos, Cidadania e Violência no Brasil* (Curitiba: Editora CRV).

_____ 2014 “O regionalismo latino-americano e a política hemisférica dos Estados Unidos”, em *Revista Política Externa* (São Paulo), vol. 22, N°4, abril-junho.

Castells, Manuel 1999 *A Sociedade em Rede* (São Paulo: Paz e Terra).

Hobsbawm, Eric 1995 *A Era dos Extremos* (São Paulo: Companhia das Letras).

Kissinger, Henry 2014 *World Order* (New York: The Penguin Press).

Mann, James 2012 *The Obamians: The Struggle Inside the White House to Redefine American Power* (New York: Penguin Books).

Naim, Moisés 2013 *The End of Power: From Boardrooms to Battlefields and Churches to States, Why Being in Charge Isn't What It Used to Be* (New York, Basic Books).

Ronfeldt, David. et. al. 1998 *The Zapatista Social Netwar in México* (Santa Monica: RAND).

Scahill, Jeremy 2013 *Dirty Wars: The World is a Battlefield* (New York: Nation Books).